



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 220,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries Kz: 470 615.00
A 1.ª série Kz: 277 900.00
A 2.ª série Kz: 145 500.00
A 3.ª série Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO**Presidente da República****Decreto Presidencial n.º 32/14:**

Aprova o Reajustamento dos Vencimentos de Base dos Efectivos dos Serviços Executivos do Ministério do Interior. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Presidencial, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 114/12, de 8 de Junho.

Decreto Presidencial n.º 33/14:

Aprova o projecto de investimento “SONAMET INDUSTRIAL, S.A” no valor de USD 56.108.200,00, sob o Regime Contratual Único, bem como o Contrato de Investimento.

Decreto Presidencial n.º 34/14:

Aprova sob o regime contratual o projecto de investimento “LEO INVESTIMENTOS— Hotel Península” no valor de USD 60.054.000,00, bem como o Contrato de Investimento.

Despacho Presidencial n.º 14/14:

Nomeia Teodoro Lima da Paixão Franco Júnior para o cargo de Director do Gabinete de Gestão do Projecto Integrado Minero-Siderúrgico de Kassinga e Kassala Kitungo.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos**Despacho n.º 390/14:**

Desvincula Efigénio Xavier dos Santos Silvestre, Ajudante de Escrivão de Direito de 3.º Classe, da categoria para a qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1015/GMJ/011.

Ministério da Agricultura**Despacho n.º 391/14:**

Exonera Carlos Henrique Mutula do cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Recursos Florestais, deste Ministério.

Ministério das Pescas**Despacho n.º 392/14:**

Nomeia Ernestina António Chipita para o cargo de Chefe de Secção Administrativa da Representação Provincial do Instituto Nacional de Apoio as Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica na Província do Namibe.

Ministério da Educação**Despacho n.º 393/14:**

Nomeia definitivamente Analdina Naloia Luís Tchitué, Avelino Álvaro, Avelino Júlio, Domingos Simão, Emília Jaime Chimbumba, Firmino

Francisco Mendonça, Magalhães Silongua, Manuel Chipuco Bulica, Manuel Maneco Francisco, Miguel Eduardo, Rui Ernesto Raimundo e Teresa Andreza Ventura, Professores do I e II Ciclos do Ensino Secundário Diplomados do 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 8.º Escalões, afectos ao Município de Seles, Província do Kwanza-Sul.

Despacho n.º 394/14:

Nomeia Adelina Baltazar Catarino, Alice Naculembé da Costa Ucueiongo, António Feliciano Domingos Lisboa, Armando Fernando, Domingos Filipe Espelho, Emília Gomes Albino Correia, Gerson Dinis Morais Cassoma, Irene Clementina das Neves, Joaquim Alberto Augusto de Almeida, Luísa Maria da Conceição, Maria Filomena António Francisco, Suzete Nambundo da Costa Paulino Carvalho e Tiago Filipe Narciso, Professores do I e II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomados do 3.º, 5.º, 6.º e 8.º Escalões, colocados no Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

Ministério do Ensino Superior**Despacho n.º 395/14:**

Nomeia Helena Elvira Plenganga Félix Ambrósio para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, do quadro de pessoal deste Ministério.

Despacho n.º 396/14:

Transfere João Baptista Purgante da Universidade Kimpa Vita para o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Ministério da Juventude e Desportos**Despacho n.º 397/14:**

Exonera Élsio Carlos Domingos Manuel do cargo de Director Nacional de Políticas da Juventude.

Despacho n.º 398/14:

Exonera Venâncio Soares Gomes do cargo de Director do Gabinete de Intercâmbio.

Despacho n.º 399/14:

Exonera Kikas Manuel Machado do cargo de Chefe de Departamento de Associativismo e Tempos Livres da Juventude.

Despacho n.º 400/14:

Exonera João Xivi do cargo de Chefe de Departamento dos Recursos Humanos.

Despacho n.º 401/14:

Nomeia Kikas Manuel Machado para o cargo de Director Nacional de Políticas da Juventude.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 32/14
de 17 de Fevereiro

Considerando que o Ministério do Interior congrega forças e serviços integrados nas carreiras do regime especial e pessoal enquadrado nas carreiras do regime geral;

Convindo reajustar os vencimentos de base dos membros dos Serviços Executivos do Ministério do Interior;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Reajustamento dos Vencimentos de Base dos Efectivos dos Serviços Executivos do Ministério do Interior, de acordo com a tabela indiciária e salarial anexas ao presente Decreto Presidencial e que dele são partes integrantes.

ARTIGO 2.º
(Suplementos remuneratórios)

Sobre os vencimentos de base mensal fixados no artigo anterior incidem os suplementos remuneratórios previstos no Decreto-Lei n.º 5/05, de 11 de Agosto, e demais legislação aplicável.

ARTIGO 3.º
(Forma de pagamento)

O pagamento destes vencimentos deve ser efectuado por via do sistema bancário.

ARTIGO 4.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Presidencial, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 114/12, de 8 de Junho.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 18 de Dezembro de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Fevereiro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Tabela Salarial das Carreiras Especiais dos Órgãos Executivos do Ministério do Interior, a que se refere o artigo 1.º

Índice 100 = 295.383,17

Polícia Nacional	Serviços de Bombeiros	Serviços Penitenciários	Serviço de Migração e Estrangeiros	Índice	Vencimento Base
Comissário Geral				134	395.813,44
Comissário-Chefe	Comissário Bombeiro Principal	Comissário Prisional Principal	Comissário de Migração Principal	122	360.367,46
Comissário	Comissário Bombeiro	Comissário Prisional	Comissário de Migração	110	324.921,48
Subcomissário	Subcomissário Bombeiro	Subcomissário Prisional	Subcomissário de Migração	100	295.383,17

Índice 100= 11.586,96

Superintendente Chefe	Superintendente Bombeiro Chefe	Superintendente Prisional Chefe	Superintendente de Migração Chefe	2399	300.208,86
Superintendente	Superintendente Bombeiro	Superintendente Prisional	Superintendente de Migração	2128	266.296,15
Intendente	Intendente Bombeiro	Intendente Prisional	Intendente de Migração	1904	238.264,96
Inspector-Chefe	Inspector Bombeiro Chefe	Inspector Prisional Chefe	Inspector de Migração Chefe	1802	203.425,20
Inspector	Inspector Bombeiro	Inspector Prisional	Inspector de Migração	1722	199.527,45
Subinspector	Subinspector Bombeiro	Subinspector Prisional	Subinspector de Migração	1512	175.194,84

Polícia Nacional	Serviços de Bombeiros	Serviços Penitenciários	Serviço de Migração e Estrangeiros	Índice	Vencimento Base
1.º Subchefe	1.º Subchefe Bombeiro	1.º Subchefe Prisional	1.º Subchefe de Migração	1344	155.728,74
2.º Subchefe	2.º Subchefe Bombeiro	2.º Subchefe Prisional	2.º Subchefe de Migração	1176	136.207,21
3.º Subchefe	3.º Subchefe Bombeiro	3.º Subchefe Prisional	3.º Subchefe de Migração	1115	122.654,40
Agente de 1.ª Classe	Agente Bombeiro de 1.ª Classe	Agente Prisional de 1.ª Classe	Agente de Migração de 1.ª Classe	500	63.952,02
Agente de 2.ª Classe	Agente Bombeiro de 2.ª Classe	Agente Prisional de 2.ª Classe	Agente de Migração de 2.ª Classe	448	51.909,58
Agente de 3.ª Classe	Agente Bombeiro de 3.ª Classe	Agente Prisional de 3.ª Classe	Agente de Migração de 3.ª Classe	392	45.420,88
Alistado	Alistado	Alistado	Alistado	160	18.539,14

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 33/14
de 17 de Fevereiro

Considerando que no âmbito dos esforços para o desenvolvimento do País o Executivo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente a melhoria do bem-estar das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresário angolano;

Tendo em vista a concretização do Projecto de Investimento Privado denominado «Sonamet Industrial, S. A.», que consiste na construção e exploração de um novo Cais no seu estaleiro localizado na Baía do Lobito, Município do Lobito, Província de Benguela, Zona de Desenvolvimento A, inscrito no Regime Contratual Único, nos termos da legislação em vigor sobre a matéria;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambas da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Projecto de Investimento «Sonamet Industrial, S. A.» no valor de USD 56.108.200,00 (cinquenta e seis milhões, cento e oito mil e duzentos dólares norte-americanos), sob o Regime Contratual Único, bem como o Contrato de Investimento anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Aumento do Investimento)

A ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado pode, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), aprovar o aumento de investimento e alargamento da actividade que o Projecto venha a necessitar no quadro do seu contínuo desenvolvimento.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Luanda, aos 6 de Fevereiro de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO

Entre:

Primeiro: — Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luís Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto, doravante abreviadamente designados, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»; e

Segundo: — Sonamet Industrial, S. A., Sociedade de direito angolano, com sede na Cidade do Lobito, Província de Benguela, na Rua 1.º de Dezembro, n.º 15, Bairro Comercial, titular do NIF 5112001275, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Lobito, sob o n.º 1.049, neste acto representada por José Alexandre Barroso, portador do Bilhete de Identidade n.º 000194593LA013, na qualidade de Director Geral, com poderes para este acto, doravante abreviadamente designada por «Investidor Interno».

O Estado e o Investidor Interno, quando referidos conjuntamente são designados por «Partes».

Considerando que:

1. Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado, a ANIP é o órgão do Estado encarregue de i) executar a política nacional em matéria de investimento privado e ii) promover, coordenar, orientar e supervisionar os investimentos privados em curso em Angola.

2. O Investimento Privado, tal como definido pela alínea e) do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, pretende realizar um investimento no sector de prestação de serviços relacionados com a de fabricação e exportação das estruturas para a indústria petrolífera.

3. O Projecto de Investimento é efectuado no Regime Processual Único de Investimento Privado que corresponde ao Regime Contratual nos termos do n.º 1 do artigo 51.º e do artigo 52.º da Lei do Investimento Privado.

4. O Investidor Interno beneficia até à data de incentivos fiscais, tais como o Imposto sobre Aplicação de Capitais e Imposto Industrial, concedidos ao abrigo do Contrato de Investimento anterior, o que tem vindo a permitir o desenvolvimento da sua capacidade competitiva no mercado. A manutenção desses incentivos, previstos na nova lei, constitui um factor fundamental para garantir o processo contínuo do seu desenvolvimento e expansão. Julgamos que a concessão dos referidos benefícios se justifica inteiramente atendendo ao facto de que o Investidor Interno é hoje uma empresa de referência na indústria angolana, geradora de emprego e desenvolvimento considerável na Zona do Lobito e áreas adjacentes.

5. É intenção do Estado apoiar o Projecto de Investimento e do Investidor Interno cumprir todas as obrigações decorrentes do presente Contrato de Investimento e da lei.

É celebrado o presente Contrato de Investimento de acordo com o previsto na Lei do Investimento Privado e nas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento Privado, salvo se sentido diverso resultar do seu contexto as definições abaixo reproduzidas tem o significado que a seguir lhes é atribuído:

«ANIP»: — significa a Agência Nacional para o Investimento Privado;

«Anexos»: — significa os documentos juntos ao presente Contrato de Investimento e descrito na cláusula 23.ª;

«Lei aplicável»: — significa as leis que estejam em vigor no território à Data Efectiva, incluindo a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei da Arbitragem Voluntária e a Lei do Investimento Privado;

«Cais»: — estrutura portuária em betão armado destinada à atracagem de navios para a exportação e importação de cargas pesadas (estruturas para a indústria petrolífera);

«Cláusulas»: — significa as cláusulas do presente Contrato de Investimento, incluindo os considerandos;

«Sociedade»: — significa Sonamet Industrial, S. A., sociedade de direito angolano, com sede na Cidade do Lobito, Bairro Comercial, Rua 1.º de Dezembro, n.º 15, matriculada na Conservatória

do Registo Comercial de Lobito, sob o n.º 1.049 e com o NIF 5112001275;

«CRIP»: — significa o Certificado de Registo de Investimento Privado, emitido pela ANIP;

«Data Efectiva»: — significa a data de assinatura e entrada em vigor do presente Contrato de Investimento;

«Benefícios»: — significa os benefícios concedidos pelo Estado ao Investidor nos termos da cláusula 12.ª

«Contrato de Investimento»: — significa o presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus anexos;

«Projecto de Investimento»: — significa o Projecto de Investimento descrito na cláusula 2.ª do presente Contrato;

«Lei da Arbitragem Voluntária»: — significa a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho;

«Lei do Investimento Privado»: — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

«Território»: — significa a República de Angola;

«Estudo de Impacto Económico e Social»: — significa Estudo demonstrativo do impacto económico e social do Projecto de Investimento Privado a que alude o n.º 2 do artigo 54.º da Lei do Investimento Privado.

2. Para além das definições constantes do número anterior, sempre que o Contrato de Investimento utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas têm o significado previsto nesta lei.

3. Em caso de alteração, total ou parcial do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as Partes acordam que as definições incorporadas neste Contrato de Investimento por força desta cláusula têm o significado que lhes for atribuído pela Lei do Investimento Privado na data da assinatura do presente Contrato de Investimento.

4. O significado das definições previstas nos n.ºs 1 e 2 desta cláusula é o mesmo quer estas sejam utilizadas no plural como no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª (Natureza administrativa e objecto do Contrato)

1. O presente Contrato de Investimento celebrado entre as Partes tem a natureza administrativa, rege-se pela Lei n.º 20/11 — Lei do Investimento Privado, e pelas cláusulas previstas no presente Contrato.

2. O presente Contrato de Investimento tem como objecto o aumento e expansão da actividade do Investidor Interno, através da construção de um Cais no estaleiro que deve aumentar significativamente a capacidade produtiva do Investidor Interno.

CLÁUSULA 3.ª**(Localização do Investimento e regime jurídico dos bens)**

1. O Projecto de Investimento deve ser implementado na Baía do Lobito, Município do Lobito, Província de Benguela, na Zona de Desenvolvimento A, nos termos do artigo 35.º da Lei de Investimento Privado, ficando o Investidor Interno obrigado a comunicar à ANIP qualquer mudança de instalações.

2. O Investidor Interno é proprietário das benfeitorias realizadas no terreno e dos equipamentos constantes no empreendimento.

CLÁUSULA 4.ª**(Prazo de vigência do Contrato)**

O presente Contrato de Investimento entra em vigor na data da sua assinatura e vigora por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª**(Objectivos a serem atingidos pelo Projecto de Investimento)**

1. O Projecto de Investimento Privado consiste na construção de um Cais no Estaleiro do Investidor Interno, que permite a realização dos seguintes benefícios:

- a) Aumentar a área efectiva de produção da empresa e modernizar as infra-estruturas captando para o País a fabricação de estruturas de grande porte e complexidade que presentemente são feitas no exterior devido às limitações das instalações portuárias (Cais);
- b) Induzir a criação de novos postos de trabalho e a possibilidade de recrutar e mobilizar para o mercado de trabalho jovens do Lobito e da Região de Benguela;
- c) Garantir a transferência de conhecimento e know how fomentando a melhoria das competências dos trabalhadores nacionais, bem como a sua progressão profissional;
- d) Participar activamente no crescimento da economia local e no fomento do desenvolvimento da indústria petrolífera.
- e) Incorporação de materiais locais e elevação do valor acrescentado dos bens produzidos em Angola, eliminando desta forma a exportação de recursos financeiros nacionais.

CLÁUSULA 6.ª**(Entidade executora do Projecto)**

A gestão e a execução do Projecto ficam a cargo do Investidor Interno.

CLÁUSULA 7.ª**(Montante do Investimento)**

1. O valor global do Projecto de Investimento é de USD 56.108.200,00 (cinquenta e seis milhões, cento e oito mil e duzentos dólares dos Estados Unidos da América).

2. No quadro de implementação e desenvolvimento do Projecto de Investimento o Investidor Interno pode futuramente solicitar junto da ANIP aumentos do valor do investimento visando a eventual expansão do presente Projecto.

CLÁUSULA 8.ª**(Operações de Investimento)**

O presente Projecto de Investimento cumpre com o disposto nas alíneas a), b), c) e f) do artigo 10.º da Lei do Investimento Privado relativo à matéria.

CLÁUSULA 9.ª**(Formas de realização do Investimento)**

O presente investimento é realizado da seguinte forma:

- a) Alocação em numerário no valor de USD 51.065.200,00 (cinquenta e um milhões, sessenta e cinco mil e duzentos dólares dos Estados Unidos da América), nos termos da alínea a) do artigo 11.º da Lei do Investimento Privado;
- b) Alocação em máquinas, equipamentos e outros meios fixos corpóreos no valor de USD 5.043.000,00 (cinco milhões, quarenta e três mil dólares dos Estados Unidos da América), nos termos da alínea a) do artigo 11.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 10.ª**(Formas de financiamento do Projecto)**

O projecto é financiado nos seguintes termos:

- a) Fundos próprios no valor de USD 26.108.200,00 (vinte e seis milhões, cento e oito mil e duzentos dólares dos Estados Unidos da América);
- b) USD 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos EUA) em fundos alheios, provenientes de financiamento obtido através do sistema bancário nacional.

CLÁUSULA 11.ª**(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)**

1. A implementação do Projecto de Investimento é feita conforme o «Cronograma» de Implementação e Execução do Projecto de Investimento que constitui o Anexo 3 ao presente Contrato de Investimento que dele faz parte integrante.

2. O Investidor Interno não pode ser responsabilizado pelo incumprimento dos prazos referidos no número anterior, que seja resultante de actos de terceiros, nomeadamente dos atrasos na actuação das entidades públicas envolvidas na execução do Projecto.

CLÁUSULA 12.ª**(Incentivos Fiscais)**

1. O Investidor Interno iniciou a sua actividade em Junho de 1998, num contexto económico-social de grandes desafios para a empresa e para o País. O estaleiro foi construído numa área de mangais (assoreada) adjacente à Baía do Lobito. A superfície total reconquistada foi de cerca

54 hectares, foi construído um Cais de 200m (dos quais 2/3 da sua extensão em betão armado com capacidade portante de 2.500 toneladas métricas e 10 metros de profundidade) com acostamento para navios até 3000 toneladas brutas.

2. O Investidor Interno realiza ainda um investimento acessório, tais como o centro de formação, escritórios, posto médico, a central de energia, armazéns, instalações e equipamentos fixos e móveis, construção de pontes, reparação e manutenção do canal para a eliminação da erosão, etc, por um total de activos que superam os USD 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos de América).

3. A inevitabilidade da construção de novo Cais surge da evolução natural da indústria petrolífera que se consubstancia da migração das suas actividades para águas profundas e ultra-profundas no alto mar, resultando daí novas filosofias no plano de desenvolvimento, cujas estruturas são mais complexas e pesadas, necessitando também de navios com maior porte.

Realça-se aqui:

a) A recente perda da operacionalidade de cerca de 80 metros do Cais existente devido à construção pelo Porto Comercial do Lobito de um terminal de contentores numa área anteriormente concedida ao Investidor Interno.

b) A deslocação para as águas mais profundas implicou um novo tipo de desenvolvimento de estruturas petrolíferas submarinas, abrindo novas oportunidades para a indústria nacional, desde que se invistam nas estruturas e equipamentos adequados. Este novo modelo de desenvolvimento afecta tanto o Investidor Interno quanto outras empresas com quem este colabora directamente no Lobito. A nova doca com maior capacidade, objecto deste Projecto de Investimento, vai permitir a acostagem de navios de grande porte permitindo o manuseamento de estruturas pesadas a serem construídas pelo Investidor Interno e também de bobinas pesadas com umbilicais objecto de trabalho de outras empresas que existem no Lobito.

4. Conforme refere o Estudo de Viabilidade Técnica e Económica e Financeira em anexo, um prazo mínimo de 5 anos (2014-2019) é requerido para recompensar o esforço financeiro do Investidor Interno.

5. Considerando que o presente Investimento tem o valor total de mais de USD 56.108.000,00 (cinquenta e seis milhões, cento e oito mil dólares dos Estados Unidos da América), nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 38.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 40.º respectivamente, da Lei do Investimento Privado, o Investidor Interno vem requerer que lhe sejam concedidos os seguintes incentivos fiscais:

a) Redução em 50% da taxa do pagamento de Imposto Industrial por um período de 4 (quatro) anos;

b) Redução em 50% da taxa do pagamento de Imposto sobre a Aplicação de Capitais por um período de 2 (dois) anos.

CLÁUSULA 13.º

(Mecanismo de Acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados pela ANIP, conforme o disposto no artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, os órgãos do Governo procedem, nos termos e forma legalmente previstas, à fiscalização sectorial corrente ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto.

2. O Investidor Interno deve facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e acesso aos dados e elementos que possui de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados têm o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, no desempenho da sua missão.

3. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, o Investidor Interno, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, deve elaborar e apresentar à ANIP, um relatório anual durante o período de vigência do contrato, contendo todos os dados relevantes, descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

4. Sempre que necessário, as Partes podem solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

5. As notificações ou comunicações entre as Partes no âmbito do presente Contrato de Investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (email) e fax para os seguintes endereços:

ANIP

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar, Luanda.

Telefone: (+244) 222 39 14 34 \ 33 12 52.

Fax: (+244) 222 39 33 81 \ 39 38 33.

CP: 5465.

Email: geal@anip.co.ao.

Sonamet Industrial. S. A.

Rua Domingos Tchekahanga, n.º 18 (Escritório de coordenação).

C\Wapo — Ingombota, Luanda.

Telefone: (+244) 222 332150/ 222 395069/222 372181.

Fax: (+244) 222 337495.

Email: general.secretary@sonamet.com.

6. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deve ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

1. O Projecto de Investimento tem o impacto económico-social descrito no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira do Projecto de Investimento, nomeadamente:

- a) Incentivo ao crescimento da economia local e criação de valor acrescentado bruto estimado em USD 117.357.000,00 (cento e dezassete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América);
- b) Contribuição para a formação bruta de capital, através da construção de infra-estruturas, instalações e introdução de bens de equipamentos e máquinas;
- c) Aquisição de tecnologia e *know how* e aumento da capacidade produtiva nacional;
- d) Criação de 474 novos postos para os trabalhadores nacionais, dos quais 80 temporários durante o período de construção do Cais;
- e) Formação profissional no Centro de Formação da Sonamet, como meio de qualificação profissional da mão-de-obra nacional.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacto Ambiental)

1. O Investidor interno obriga-se a executar o projecto de investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor, nomeadamente ao dever de colaboração e de informação com as autoridades competentes do Estado, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda do meio ambiente;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam às inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação, das instalações e dos equipamentos;
- c) Participar ao Ministério do Ambiente quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

2. No quadro da implementação do Projecto de Investimento, o Investidor Interno deve cumprir com os procedimentos inerentes à protecção do meio ambiente que se traduzem em medidas que permitem minimizar o impacto negativo sobre o ambiente de acordo com as leis nacionais sobre a matéria.

CLÁUSULA 16.ª

(Força de trabalho e plano de formação)

1. O Projecto de Investimento e projectos de fabricação associados ao investimento devem criar 617 (seiscentos e dezassete) novos postos de trabalhos dos quais 474 (Quatrocentos e setenta e quatro) ocupados por trabalhado-

res nacionais (17% temporários e 83% permanentes) e 143 (cento e quarenta e três) ocupados por trabalhadores expatriados (2% temporários e 98% permanentes).

2. O Investidor Interno obriga-se a cumprir as normas previstas do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril sobre o emprego da força de trabalho qualificada estrangeira não residente e força de trabalho nacional e de formação e capacitação dos quadros nacionais.

3. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas no plano de formação de mão-de-obra nacional, o Investidor Interno fica também, obrigado a:

- a) Promover a substituição gradual da mão-de-obra expatriada, por trabalhadores nacionais, nos termos do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril;
- b) Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente, os descontos de Impostos sobre o Rendimento do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- c) Assegurar-se que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores.

4. O Investidor Interno tem como objectivo proporcionar formação, transmissão de conhecimentos, *know how* e conhecimento técnicos para os técnicos e quadros nacionais. O Plano de formação de mão-de-obra nacional, conforme previsto no n.º 3 do artigo 72.º da Lei do Investimento Privado, assim como o plano de substituição gradual dos trabalhadores estrangeiros por nacionais.

CLÁUSULA 17.ª

(Apoio Institucional do Estado)

1. Ao longo do desenvolvimento e implementação do Projecto de Investimento as instituições públicas angolanas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio-económico do projecto, comprometem-se institucionalmente no seguinte:

- a) Ministério da Indústria: conceder o apoio institucional necessário ao exercício e desenvolvimento da actividade do projecto, em conformidade com as normas estabelecidas, nomeadamente a emissão de licenças necessárias ao desenvolvimento da sua actividade;
- b) Ministério do Comércio: garantir a emissão de licenças que se mostrem necessárias o âmbito do Projecto;
- c) Ministério das Finanças: garantir os incentivos fiscais;
- d) BNA — Departamento de Controlo Cambial: licenciar as operações cambiais no âmbito da legislação vigente.

Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP): apoiar sempre que o Investidor Interno pretenda recorrer aos órgãos da administração pública e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão do mesmo projecto.

CLÁUSULA 18.^a
(Deveres e direitos do Investidor)

1. O Estado Angolano garante ao Investimento Interno a protecção dos seus direitos e o seu apoio institucional, garantindo-lhes designadamente o direito a:

- a) Aplicar em Angola os fundos e bens que se afigurem necessários para implementar o Projecto de Investimento;
- b) Negociar livremente as taxas de câmbio de compra e venda de divisas com instituições financeiras legalmente autorizados a operar em Angola.
- c) Recorrer ao crédito interno e externo se tal se afigurar necessário para implementar o Projecto de Investimento, nos termos do artigo 22.º n.º da Lei do Investimento Privado.

2. O Investidor Privado compromete-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor na República de Angola e a cumprir com os compromissos assumidos no âmbito do presente contrato, nomeadamente a:

- a) Promover a formação de mão-de-obra nacional e a angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação;
- b) Não praticar, por acção ou omissão, quaisquer actos que configurem discriminação racial, de género ou por deficiência física, não fomentando factores de exclusão em razão do salário ou da condição social entre os trabalhadores nacionais e expatriados, devendo atribuir aos angolanos categorias ocupacionais, salários e regalias sociais iguais às dos seus homólogos expatriados de igual nível ou grau académico e qualificação técnica e profissional;
- c) Pagar os impostos e todas as outras contribuições que lhe sejam devidas, sem prejuízo dos eventuais benefícios fiscais a que esteja sujeito;
- d) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade existentes no País;
- e) Respeitar as normas relativas à defesa do meio ambiente, nos termos da legislação em vigor sobre a matéria;
- f) Respeitar as normas relativas à higiene, protecção e segurança dos trabalhadores contra doenças profissionais, acidentes de trabalho e outras eventualidades previstas na legislação sobre a segurança social;

- g) Efectuar e manter actualizados os seguros contra acidentes de trabalho e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como os seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ao ambiente.

CLÁUSULA 19.^a
(Lei aplicável)

O Contrato de Investimento rege-se pelas leis da República Angola, designadamente pela Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 20.^a
(Infracções e sanções)

1. Sem o prejuízo do disposto noutros diplomas legais, constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o Investidor Interno está sujeito nos termos da Lei de Investimento Privado e demais legislação sobre o investimento privado.

2. Constitui, nomeadamente transgressão:

- a) Uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) Sujeito às disposições da Cláusula 10.^a acima, a não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou na autorização do investimento;
- c) A prática de actos de comércio ilegais;
- d) A prática de facturação que permita a saída ilícita de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- e) A não execução das acções de formação ou não substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos;
- f) A sobre facturação de máquinas e equipamentos importados para os fins do Projecto de Investimento;
- g) A falsificação de mercadorias e falsidade de declarações.

3. As transgressões previstas nos números anteriores, sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas na lei, são passíveis de aplicação das seguintes sanções constantes no n.º 1 artigo 86.º da Lei de Investimento Privado:

- a) Multa no valor correspondente em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América) e USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda dos benefícios fiscais e outras facilidades concedidas;
- c) Revogação da autorização do investimento.

CLÁUSULA 21.ª
(Resolução de litígios)

1. Qualquer conflito entre as Partes emergentes ou relacionado com o presente Contrato, incluindo qualquer questão relacionada com a sua existência, validade ou termo, deve ser submetido e resolvido através da arbitragem de acordo com a Lei n.º 16/03, de 25 Julho — Lei sobre Arbitragem Voluntária.

2. O tribunal é composto por três árbitros, cabendo a cada uma das Partes designar um árbitro, e aos árbitros assim designados a escolha do terceiro que deve ser o árbitro-presidente.

3. Na notificação para a arbitragem efectuada pela Parte demandante deve esta indicar o nome do árbitro que lhe cabe designar. Recebida a notificação tem a Parte demandada trinta (30) dias a contar da data da notificação para a arbitragem, para designar um árbitro, comunicando a sua escolha à Parte demandante e no prazo de trinta (30) dias devem os árbitros designados pelas partes designar o árbitro-presidente, devendo notificar as partes a sua escolha. Caso algum dos árbitros não seja designado dentro do prazo aqui estabelecido, a sua designação é deferida pelo Bastonário da Ordem dos Advogados, que deve designar o árbitro em falta no prazo de quinze (15) dias a contar da data em que tal lhe tenha sido solicitado.

4. O Tribunal Arbitral considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a ambas as Partes.

5. O Tribunal Arbitral funciona em Luanda, Angola, e decide segundo a lei angolana.

6. A arbitragem deve ser conduzida em Língua Portuguesa.

7. O Tribunal Arbitral detém igualmente poderes para decidir, a título definitivo, um eventual diferendo sobre o objecto do litígio.

8. As decisões, despachos ou sentenças do Tribunal Arbitral são definitivos, vinculativos e não são passíveis de recurso. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente às decisões, despachos ou sentenças do Tribunal Arbitral e comprometem-se prontamente a cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 22.ª
(Língua de Contrato e exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos contratuais descritos na Cláusula 23.ª, bem como os documentos que são trocados entre as Partes no âmbito da celebração do presente Contrato de Investimento sejam redigidos na Língua Portuguesa.

2. Se qualquer das Partes apresentar ou invocar documento escritos em língua estrangeira, os mesmos só são vinculativos e produzem efeitos se forem traduzidos para Língua Portuguesa. No entanto, prevalece sempre o documento original.

3. O presente Contrato de Investimento é assinado pelos representantes das Partes em 3 (três) originais de igual valor, destinando-se dois à ANIP e o outro ao Investidor Interno, fazendo todos igual fé.

CLÁUSULA 23.ª
(Anexo ao Contrato)

São Anexos (reservados às Partes) ao Contrato de Investimento os seguintes documentos reitores:

Anexo 1 — Plano de Formação de Mão-de-Obra Nacional;

Anexo 2 — Plano de Substituição de Mão-de-Obra Estrangeira.

Anexo 3 — Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento.

O presente Contrato de Investimento consubstancia a vontade das Partes relativamente ao objecto do mesmo e é assinado pelos seus representantes autorizados em três (3) originais.

Luanda, aos [...] de [...] de 2014.

Em representação da República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes* — Presidente do Conselho de Administração.

Pela Sonamet Industrial, S. A., *José Alexandre Barroso* — Director Geral.

Decreto Presidencial n.º 34/14
de 17 de Fevereiro

Considerando que no âmbito dos esforços para o desenvolvimento do País, o Executivo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente a melhoria do bem-estar das populações, aumento de infra-estruturas sociais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresário angolano;

Tendo em vista a implementação de um Projecto de Investimento privado que consiste na construção do «Hotel Península», de cinco (5) estrelas e a respectiva exploração, que estará localizado na Ilha do Cabo, Município e Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A, inserido no Regime Contratual Único, nos termos da legislação em vigor sobre a matéria;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado sob o regime contratual o Projecto de Investimento «LEO INVESTIMENTOS — Hotel Península», no valor de USD 60.054.000,00 (sessenta milhões e cinquenta e quatro mil dólares norte-americanos), bem como o Contrato de Investimento anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Aumento de investimento)

A ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado pode, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), aprovar o aumento de investimento e alargamento da actividade que o projecto venha a necessitar no quadro do seu contínuo desenvolvimento.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que suscitarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Fevereiro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO

Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede em Luanda, na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto (doravante designados, respectivamente, por «Estado» e «ANIP»); e

A Leo Investimentos, S.A., pessoa colectiva constituída e existente ao abrigo das leis da República de Angola, com o capital social integralmente realizado de Kz: 1.870.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta mil kwanzas), com sede em Luanda, no Condomínio Alpha, Edifício 1, 1.º Piso, Talatona, Contribuinte Fiscal n.º 5401180624, registada junto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 388, investidora interna, residente cambial, aqui representada por Anabela Silva, na qualidade de procuradora, com poderes para o acto (doravante designada por «Investidora»).

(O Estado e a Investidora, quando referidos conjuntamente, são designados por «Partes»).

Considerando que:

I. A Investidora é uma sociedade comercial anónima de direito angolano que tem por objecto a exploração de empreendimentos turísticos, em particular de estabelecimentos hoteleiros, de restauração e imobiliários, assim como a prestação de quaisquer serviços conexos com estas actividades;

II. É intenção da Investidora promover a construção em Luanda, na Ilha do Cabo, de uma unidade hoteleira de 5 estrelas com a denominação «Hotel Península», transformando-o numa referência no cenário hoteleiro da cidade;

III. Com a construção do Hotel Península, a Investidora contribui para a crescente diversificação da economia angolana, respondendo ao repto do Executivo no mesmo sentido;

IV. É convicção da Investidora que a construção do Hotel Península não só aumenta como também diversifica a oferta de alojamento em Luanda, contribuindo, ainda, de forma significativa, para o desenvolvimento económico e social da Ilha do Cabo e para o seu reposicionamento urbanístico na Cidade de Luanda;

V. Reconhecendo o carácter altamente relevante do presente Projecto de Investimento para o desenvolvimento estratégico da economia angolana, o Estado pretende apoiar o investimento proposto pela Investidora no âmbito da Lei do Investimento Privado, criando condições legais e garantindo o apoio institucional necessário para o seu sucesso;

VI. A Investidora pretende beneficiar das condições legais e do apoio institucional que o Estado pode oferecer enquanto condição essencial para a realização integral do Projecto de Investimento, sendo vontade das Partes contratualizar os seus direitos e obrigações no quadro, nos termos e condições previstos na Lei do Investimento Privado.

E nos termos do artigo 53.º da Lei do Investimento Privado, celebrado o presente Contrato de Investimento Privado, que se rege pelo disposto nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª
(Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento (salvo se sentido diverso resultar do seu contexto) as definições abaixo reproduzidas têm o significado que a seguir lhes é atribuído:

«Afilhada» — significa uma sociedade ou qualquer outra entidade a) na qual qualquer um dos accionistas: i) detenha directa ou indirectamente a maioria absoluta dos votos em Assembleia Geral de Accionistas, ii) seja detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos que conferem o controlo da gestão dessa sociedade ou entidade, ou iii) tenha os direitos de gestão e controlo dessa sociedade ou entidade; b) que detenha directa ou indirectamente a maioria absoluta na Assembleia Geral de Accionistas ou órgão equivalente de qualquer dos accionistas ou que tenha os direitos de gestão e controlo de qualquer delas; ou c) a qual uma maioria absoluta de votos na respectiva Assembleia Geral de Accionistas ou os direitos que conferem o controlo de gestão dessa sociedade ou entidade sejam detidos directa ou indirectamente por

uma sociedade ou qualquer outra entidade que detenha, directa ou indirectamente, uma maioria absoluta de votos na Assembleia Geral de Accionistas ou órgão equivalente de qualquer dos accionistas ou que tenha os direitos de gestão ou controlo de qualquer delas;

«*Anexos*» — significa documentos identificados na cláusula 26.^a /5 deste Contrato de Investimento;

«*ANIP*» — significa Agência Nacional para o Investimento Privado;

«*BNA*» — significa Banco Nacional de Angola;

«*Cláusulas*» — significa disposições deste Contrato de Investimento Privado, excluindo os considerandos;

«*Contrato de investimento*» — significa o presente Contrato de Investimento e todos os seus anexos;

«*CRIP*» — significa Certificado de Registo de Investimento Privado emitido pela ANIP;

«*Data de Cessação*» — significa a data em que cessar o último dos Incentivos concedidos ou em que qualquer uma das Partes resolver o Contrato de Investimento, nos termos da Lei Aplicável e deste Contrato de Investimento;

«*Data Efectiva*» — significa a data da assinatura deste Contrato de Investimento;

«*Hotel Península*» — significa a unidade hoteleira de 5 estrelas a construir na Ilha do Cabo, em Luanda, do lado nascente-sul do final da Avenida Murtala Mohamed, com disponibilidade de 120 quartos standard, 5 suites deluxe e 1 suite presidencial, piscina, salas de reuniões e de conferências, business center, restaurante e bar, com um conceito inovador em Angola de Boutique Hotel.

«*Implementação Efectiva*» — significa a data de abertura do Hotel Península;

«*Incentivos*» — significa o conjunto de incentivos e benefícios fiscais, aduaneiros ou outros concedidos pelo Estado à Investidora previstos na cláusula 11.^a e no Formulário de Candidatura aos Incentivos;

«*Investidora*» — significa a sociedade comercial anónima de direito angolano Leo Investimentos, S.A., com o capital social integralmente realizado de Kz: 1.870.000 (um milhão oitocentos e setenta mil kwanzas), com sede em Luanda, no Condomínio Alpha, Edifício 1, 1.º Piso, Talatona, registada junto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 388;

«*Lei Aplicável*» — significa as leis que estejam em vigor no território angolano à Data Efectiva, incluindo a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei da Arbitragem Voluntária e a Lei do Investimento Privado;

«*Lei das Sociedades Comerciais*» — significa Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro; «*Legislação do Ambiente*» — significa a Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, o Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, e o Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho;

«*Lei do Investimento Privado*» — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

«*Lei sobre a Arbitragem Voluntária*» — significa a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho;

«*Modelo de Apresentação de Projecto de Investimento*» — significa os Formulários da Proposta de Investimento Privado aprovados pela ANIP, incluindo os seguintes anexos:

Anexo 1. Lista de equipamentos;

Anexo 2. Lista de matérias-primas e subsidiárias a incorporar no projecto;

Anexo 3. Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional;

Anexo 4. Plano de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada.

«*Partes*» ou «*Parte*» — significa o Estado e/ou as Investidora;

«*Projecto de Investimento*» — significa a construção e exploração do Hotel Península, nos termos da cláusula 2.^a do Contrato de Investimento;

«*Terreno*» — significa o terreno onde é construído o Hotel Península;

«*Território*» — significa a República de Angola;

«*Título de Concessão*» — significa direito da Investidora sobre o prédio rústico situado na Avenida Murtala Mohamed, Ilha do Cabo, Município da Ingombota, onde é construído o Hotel Península.

2. Sempre que este Contrato de Investimento utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado estas têm o significado previsto nesta lei.

3. O significado das definições previstas neste Contrato de Investimento é sempre o mesmo, quer sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.^a

(Natureza e objecto do Contrato de Investimento)

1. O Contrato de Investimento é um contrato administrativo celebrado entre as Partes, em conformidade com a Lei Aplicável, nomeadamente com a Lei do Investimento Privado e com as disposições nelas previstas, estabelecendo os direitos e as obrigações das Partes no âmbito do Projecto de Investimento.

2. O presente Contrato de Investimento tem por objecto a construção e exploração do Hotel Península.

CLÁUSULA 3.^a

(Localização do investimento e regime jurídico dos bens do investidor)

1. O Projecto de Investimento é implementado na Ilha do Cabo, Província de Luanda.

2. A Investidora é a única e exclusiva titular dos direitos sobre o terreno. De igual forma, após a conclusão da construção do Hotel Península e do respectivo registo junto da Conservatória do Registo Predial, a Investidora é a única proprietária do Hotel Península.

3. A Investidora pode, querendo, onerar livremente o terreno e/ou o Hotel Península, incluindo o respectivo equipamento, nos termos da Lei Aplicável, para efeitos de execução do Projecto de Investimento ou para qualquer outro fim inerente ao exercício da sua actividade.

CLÁUSULA 4.^a

(Prazo de vigência do Contrato de Investimento)

O Contrato de Investimento entra em vigor na Data Efectiva e vigora por um período indeterminado de tempo.

CLÁUSULA 5.^a

(Objectivo do Projecto de Investimento)

1. O Projecto de Investimento visa, nos termos do disposto nas alíneas a), b), d), f), g), h), i), j), k) e l) do artigo 27.º da Lei do Investimento Privado, e conforme melhor detalhado no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira, os seguintes objectivos:

- a) Incentivar o crescimento e diversificação da economia angolana através da construção de novas infra-estruturas turísticas e hoteleiras, exclusivamente detidas por entidades angolanas, que contribui para a promoção de Angola e da Ilha do Cabo enquanto destino turístico, bem como para a diversificação da oferta hoteleira na Cidade de Luanda, nos termos da alínea a) do referido artigo 27.º;
- b) Aumentar a capacidade produtiva de Angola através da incorporação de matérias-primas locais (de que é exemplo o cimento, tintas, móveis a utilizar na construção do Hotel Península) e elevando o valor acrescentado dos bens produzidos localmente, nos termos da alínea d) do referido artigo 27.º;
- c) Contribuir para o abastecimento eficaz do mercado interno de hotelaria e turismo, promovendo o aumento das exportações através da prestação de serviços a não residentes, o que propicia o aumento, de forma sustentada e duradoura, das disponibilidades cambiais e o equilíbrio da balança de pagamentos angolana, nos termos das alíneas h), i) e j) do referido artigo 27.º;

d) Obter e reter a transferência de tecnologia e de know-how através da contratação de quadros internacionais com elevada especialização e experiência no ramo da hotelaria, turismo e restauração em unidades hoteleiras de 5 estrelas, o que potencia o aumento da eficiência produtiva nacional, o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos nacionais, nos termos das alíneas g) e k) do referido artigo 27.º;

e) Proceder à reabilitação, expansão e modernização de infra-estruturas destinadas à actividade económica numa área de elevado interesse urbano - Ilha do Cabo - nos termos da alínea l) do referido artigo 27.º; e

f) Com o cumprimento dos objectivos anteriormente descritos, promover o bem-estar económico, social e cultural das populações, de forma muito directa na população da Ilha do Cabo, bem como induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores angolanos (que se estimam em 101) e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana através da implementação de uma política de permanente formação dos seus trabalhadores numa área chave e de futuro da economia angolana, nos termos das alíneas b) e f) do referido artigo 27.º

2. As Partes acordam que o preenchimento dos objectivos referidos no número anterior é verificado pela ANIP de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira e no Modelo de Apresentação da Proposta de Investimento Privado, junto ao Anexo II.

CLÁUSULA 6.^a

(Montante de Investimento)

1. O montante total estimado do Projecto de Investimento é de USD 60.054.000,00 (sessenta milhões e cinquenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos).

2. Quaisquer variações do montante total do Projecto de Investimento que não tenham impacto nos Incentivos concedidos nos termos da Lei do Investimento Privado são aceites pelo Estado após recepção de notificação escrita, efectuada pela Investidora, a qual passa a fazer parte integrante do Contrato de Investimento, passando o novo montante notificado, desde a referida data, a vigorar, para efeitos deste Contrato de Investimento.

CLÁUSULA 7.^a

(Operações de Investimento)

1. O montante total do Projecto de Investimento previsto na cláusula 6.^a é suportado pela Investidora, nos termos das operações de investimento previstas no artigo 10.º a) e f) da Lei do Investimento Privado e da seguinte forma:

- a) O montante de USD 48.254.000,00 (quarenta e oito milhões duzentos e cinquenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos) será alocado à construção do Hotel Península, nos termos das alíneas a) e n) do referido artigo 10.º da Lei do Investimento Privado;
- b) O montante de USD 6.000.000,00 (seis milhões de dólares dos Estados Unidos) é alocado à aquisição de máquinas e equipamentos, bem como de matérias-primas descritos nos Anexos 1 e 2 do Modelo de Apresentação do Projecto de Investimento, nos termos das alíneas a) e c) do artigo 10.º da Lei do Investimento Privado;
- c) O montante de USD 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos) é alocado a estudos e projectos relacionados com a construção e exploração do Hotel Península, nos termos da alínea a) do artigo 10.º da Lei do Investimento Privado; e
- d) O montante de USD 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos) é alocado ao pagamento de assistência técnica relacionada com a construção e exploração do Hotel Península, nos termos da alínea a) do artigo 10.º da Lei do Investimento Privado.

2. A qualquer variação que se verifique nas operações de investimento descritas no número anterior aplica-se, com as devidas adaptações, o previsto na cláusula 6.ª/2.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de realização do investimento)

O montante de investimento previsto pela Investidora no Projecto de Investimento é realizado através da alocação de disponibilidades existentes em contas bancárias constituídas em Angola pela Investidora, de acordo com a alínea b) do artigo 11.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de financiamento do Projecto)

O montante alocado ao Projecto de Investimento nos termos da cláusula 6.ª é realizado através do recurso a financiamento interno cujo prazo de reembolso apenas ocorre após a Implementação Efectiva do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. O Projecto de Investimento é implementado de acordo com os prazos estimados fixados no cronograma de implementação junto ao Contrato de Investimento como anexo.

2. A Investidora pode alterar o cronograma de implementação previsto no Modelo de Apresentação da Proposta de Investimento Privado, caso ocorra qualquer facto estranho à sua vontade que impeça a execução do Projecto de Investimento nos prazos previstos, nomeadamente a não obtenção dos licenciamentos relevantes ou a não execução, pelo Estado, de qualquer outro acto administrativo neces-

sário à implementação do Projecto de Investimento. Neste caso a Investidora notifica a ANIP, informando-a sobre o(s) facto(s) que impede(m) o cumprimento do calendário do Projecto de Investimento, bem como da nova calendarização a que o mesmo fica sujeito.

3. Sem prejuízo do disposto nos anteriores n.ºs 2 e 3, caso o atraso na implementação do Projecto de Investimento ocorra por facto imputável à Investidora o Estado compromete-se a não resolver o Contrato de Investimento sem conceder à Investidora o direito a suprir tal atraso, num prazo razoável a acordar entre as Partes, mas que em nenhuma circunstância pode ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA 11.ª

(Concessão de Incentivos)

1. De acordo com o descrito acima e para além de quaisquer outros direitos, benefícios e/ou isenções previstas na Lei Aplicável e no Contrato de Investimento, o Estado por este meio concede os seguintes incentivos fiscais e aduaneiros à Investidora:

- a) Isenção de Imposto Industrial por um período de 5 (cinco) anos;
- b) Isenção sobre a aplicação de capitais por um período de 3 (três) anos;
- c) Isenção de Imposto de SISA na aquisição de terrenos e edifícios que se destinem a ser utilizados no Projecto de Investimento;
- d) O direito de reportar os prejuízos registados durante o período de isenção, se os houver, nos 3 (três) anos seguintes ao termo do período da isenção prevista na alínea a);
- e) Caso o período de 3 (três) anos actualmente previsto no Código do Imposto Industrial para reportar os prejuízos fiscais venha a ser prolongado, é permitido à Investidora reportar esses mesmos prejuízos durante tal período alargado.

CLÁUSULA 12.ª

(Definição das condições de exploração, gestão, associação e prazos de implementação do Projecto)

1. O Hotel Península é explorado e gerido, directa ou indirectamente, pela Investidora.

2. O Projecto de Investimento é implementado nos prazos previstos no cronograma referido na cláusula 10.ª/2 e junto como anexo.

CLÁUSULA 13.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento dos projectos de investimentos conferidos à ANIP ao abrigo da Lei do Investimento Privado, o Governo supervisiona o relevante sector económico e acompanha a implementação do Projecto de Investimento nos termos dos poderes previstos na lei.

2. A Investidora coopera com a ANIP e disponibiliza-lhe toda a informação de natureza económica, operacional, financeira e outra necessária, relacionada com o Projecto de

Investimento. Para o efeito, técnicos devidamente certificados pela ANIP podem inspeccionar o local de implementação do Projecto de Investimento e serem disponibilizados com toda a informação e condições logísticas que possam razoavelmente requerer para desempenhar as suas funções.

3. Sempre que necessário as Partes podem agendar reuniões para discussão sobre a implementação e desempenho do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 14.^a
(Impacto económico do Projecto)

1. A Investidora prevê que a implementação do Projecto de Investimento tenha o impacto económico descrito no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira.

2. As Partes acordam que o impacto nele previsto tem natureza indicativa e por base a realidade económica, nacional e internacional existente na Data Efectiva.

CLÁUSULA 15.^a
(Impacto social do Projecto)

1. O Projecto de Investimento tem o impacto social previsto no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira, nomeadamente nos objectivos estabelecidos nos Planos de Formação de Mão-de-Obra Nacional e de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada, prevendo-se desde o primeiro ano de implementação do Projecto de Investimento que mais de 85% (oitenta e cinco por cento) dos trabalhadores contratados sejam de nacionalidade angolana (91 trabalhadores angolanos e 15 trabalhadores expatriados), sendo de nacionalidade angolana mais de 95% (noventa e cinco por cento) dos trabalhadores contratados no quinto ano de execução do Projecto de Investimento (101 trabalhadores angolanos e 5 trabalhadores expatriados).

2. Adicionalmente, a Investidora recruta e forma os quadros para capacitá-los na área de hotelaria para o desenvolvimento e implementação do Projecto de Investimento procurando, sempre que possível, para o efeito, celebrar protocolos com a Escola Técnica de Hotelaria e/ou o Ministério da Educação através da forma e para os efeitos previstos na Lei Aplicável.

CLÁUSULA 16.^a
(Impacto Ambiental)

1. A Investidora obriga-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com a demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvarguardar o meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação e das instalações dos equipamentos;

c) Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos, que abranja todos os subprojectos; e

d) Participar ao Ministério do Ambiente quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

2. A Investidora já cumpriu todas as formalidades relativas ao processo de Avaliação de Impacto Ambiental, nomeadamente a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental, e por não haver qualquer impedimento de ordem legal, social ou ambiental para a execução e instalação do projecto foi passada a competente Licença Ambiental de Instalação n.º 41/2011 pelo Ministério do Ambiente, bem como o relevante Alvará de Licença de Construção, comprometendo-se a diligenciar no sentido de obter todas as subsequentes licenças necessárias à execução do referido Projecto, contando, para o efeito, com o apoio institucional do Estado nos termos da cláusula 20.^a infra.

CLÁUSULA 17.^a
(Força de trabalho e plano de formação profissional)

1. O projecto prevê a criação de 106 postos de trabalho, sendo 91 postos para a força de trabalho nacional e 15 para expatriados.

2. O Hotel Península emprega o número de trabalhadores angolanos e garante a sua formação profissional de acordo com o previsto no Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional e no Plano de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada.

3. A Investidora compromete-se a não discriminar os trabalhadores angolanos, nomeadamente no que respeita às respectivas condições de trabalho, incluindo as remunerações, subsídios e indemnizações.

4. Os Planos de Formação de Mão-de-Obra Nacional e de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada foram elaborados no estrito cumprimento dos números anteriores e da Lei Aplicável, nomeadamente do disposto no artigo 72.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 18.^a
(Apoio institucional do Estado)

O Estado Angolano, através de cada uma das entidades competentes infra referidas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socioeconómico do Projecto de Investimento, compromete-se a apoiar institucionalmente a Investidora na execução do Projecto de Investimento, nomeadamente no seguinte:

- a) ANIP: Autorização e aprovação do Contrato de Investimento;
- b) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social: Apoio a acções de formação e de realização de estágios profissionais, bem como dar acompanhamento nos domínios da legislação laboral e segurança social;

- d) Ministério de Hotelaria e Turismo: Coordena, supervisiona, fiscaliza e controla a actividade do hoteleiro e turístico, procedendo, nos termos da Lei Aplicável, à emissão de todos os licenciamentos necessários para a construção e funcionamento do Hotel Península; e
- e) Ministério do Ambiente: Órgão Regulador do Ambiente, coordena e supervisiona os estudos de impacto ambiental e questões ambientais.

CLÁUSULA 19.ª

(Direitos e obrigações das Partes)

1. As Partes obrigam-se a cumprir todas as obrigações e a exercer os direitos previstos pelo Contrato de Investimento e pela Lei Aplicável dentro dos ditames da boa-fé.

2. As Partes obrigam-se, igualmente, a manter sigilo sobre todas as informações e/ou quaisquer documentos decorrentes do Contrato de Investimento, nomeadamente acordos, cartas, contratos, comunicações, os documentos constantes dos Anexos e/ou quaisquer outros relacionados com as Partes, durante um período de 5 (cinco) anos após a Data de Cessação.

3. Ficam excluídos do disposto no número anterior os dados, as informações e os documentos que devam ser prestados ou apresentados por exigência da Lei Aplicável, por exigência judicial e/ou por exigência contratual. Todavia, esses dados, informações e documentos só devem ser revelados à entidade pública que os requerer e o conteúdo revelado deve cingir-se ao estritamente necessário para o fim que se pretende atingir. A Parte que disponibilizar a informação obriga-se a dar imediato conhecimento, por escrito, desse facto à outra Parte, juntando, para o efeito, cópia da notificação com o pedido de informação e, também, cópia de todos os documentos que instruíram a respectiva resposta.

CLÁUSULA 20.ª

(Lei Aplicável)

O presente Contrato de Investimento rege-se pela Lei Aplicável.

CLÁUSULA 21.ª

(Incumprimento e sanções)

Ao incumprimento do previsto no Contrato de Investimento ou na Lei do Investimento Privado são aplicadas sanções nos termos da Lei do Investimento Privado, sem prejuízo da aplicação das demais legislações em vigor no País.

CLÁUSULA 22.ª

(Resolução de conflitos)

1. Quaisquer litígios ou divergências que surjam entre as Partes relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração, ou eficácia do Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação da Lei Aplicável, são submetidos à arbitragem, de acordo com a Lei sobre a Arbitragem Voluntária.

2. O Tribunal Arbitral é constituído por 3 (três) árbitros, sendo 1 (um) designado pelo demandante, o segundo pelo demandado e o terceiro, que desempenha a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo demandante e demandado.

3. Se os árbitros nomeados pelo demandante e demandado não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro é designado nos termos previstos na Lei de Arbitragem Voluntária.

4. O Tribunal Arbitral funciona em Luanda e a Lei Aplicável deve ser empregada nos procedimentos arbitrais e na decisão do mérito da disputa.

5. A arbitragem é conduzida em língua portuguesa.

6. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral são finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam e não podem invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos comprometem-se a cumprir prontamente os mesmos nos termos precisos em que foram proferidos.

CLÁUSULA 23.ª

(Língua do Contrato e exemplares)

O presente Contrato de Investimento é redigido em língua portuguesa e assinado em 3 (três) exemplares, considerados todos originais.

CLÁUSULA 24.ª

(Força maior)

1. Se, em resultado de um evento de força maior, qualquer Parte ficar impossibilitada de, no todo ou em parte, cumprir com as suas obrigações previstas neste Contrato de Investimento à Parte afectada, mediante notificação às outras Partes, pode suspender o cumprimento das suas obrigações, se e na medida em que aquele evento afectem o seu cumprimento.

2. Para efeitos deste Contrato de Investimento, força maior significa qualquer evento fora do controlo razoável da Parte que declara ter sido afectada pelo mesmo, nomeadamente estado de guerra, declarado ou não, rebeliões ou motins, catástrofes naturais, fogos, tremores de terra, cortes nas comunicações e acidentes inevitáveis.

3. A Parte que declara uma situação de força maior deve notificar as outras Partes do mesmo num prazo razoável, a contar da data da ocorrência dos factos invocados, mantendo estas informadas sobre todos os factos relevantes. Na notificação a Parte afectada deve descrever de forma detalhada o evento de força maior e o período de tempo necessário previsível para remediar a situação em que se encontra.

4. A Parte afectada desenvolve de forma diligente todos os esforços razoáveis para solucionar ou evitar a situação de força maior.

5. Quando a situação de força maior apenas atrase o cumprimento no tempo de uma obrigação, o prazo previsto, por este Contrato de Investimento, para o seu cumprimento

ou exercício de qualquer direito ou obrigação decorrente do mesmo ou, se aplicável, o prazo de vigência deste Contrato de Investimento, é suspenso até que a situação que existia antes do evento de força maior seja restabelecida. A referida suspensão só tem lugar em relação à Parte do Contrato de Investimento afectada pelo evento de força maior.

6. Se a situação de força maior durar por mais de 180 (cento e oitenta) dias as Partes reavaliam os termos deste Contrato de Investimento e decidem se o mesmo deve continuar ou ser resolvido em face das novas circunstâncias.

CLÁUSULA 25.ª

(Acordo integral, anexos e comunicações)

1. O Contrato de Investimento os seus Anexos e o CRIP contêm todos os direitos e obrigações assumidas pelas Partes no âmbito do Projecto de Investimento e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, de sentido diverso.

2. Havendo contradições entre os termos do Contrato de Investimento e do CRIP prevalecem as cláusulas do primeiro. No caso de incorreção do CRIP a ANIP obriga-se a proceder à sua alteração ou, em alternativa, à emissão de um novo, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após a data da notificação que lhe seja dirigida pela Investidora, nos termos do n.º 6 infra.

3. Qualquer alteração dos termos do Contrato de Investimento e/ou do CRIP para ser válida tem que constar de documento escrito assinado pelas Partes.

4. O Contrato de Investimento e o CRIP não podem ser interpretados e/ou invocados separadamente entre as Partes e/ou perante terceiros.

5. Fazem parte integrante do Contrato de Investimento os seguinte Anexos (reservados às Partes):

Anexo I	Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional
Anexo II	Plano de Substituição Gradual da Força de Trabalho Expatriada
Anexo III	Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento

6. Todas as notificações ou comunicações efectuadas entre as Partes ao abrigo deste Contrato de Investimento são entregues pessoalmente, por correio postal ou fax desde que provido da confirmação por escrito de transmissão completa para os seguintes endereços ou números de fax:

(a) Estado representado pela ANIP:

Morada: Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25-9.º,
Edifício do Ministério da Indústria, Luanda,
Angola

Fax: +244 39 33 81;

(b) Investidora: Leo Investimentos, S.A.

A/C: Raquel Lourenço

Morada: Condomínio Alpha, Edifício 1, Piso 1

E-mail: raquel.lourenco@socip.co.ao

7. Qualquer alteração aos endereços acima referidos tem de ser comunicada, por escrito, às restantes Partes do presente Contrato de Investimento, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias em relação à data em que a alteração produzir efeitos.

8. As comunicações ao abrigo do presente Contrato de Investimento são efectuadas por carta ou fax e têm-se por realizadas no dia da sua entrega, ou no dia útil seguinte, caso o dia da entrega não seja dia útil.

Feito em Luanda, aos [...] de [...] de [...].

1. Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

2. Pela Leo Investimentos, S.A., *Anabela Silva*.

Despacho Presidencial n.º 14/14 de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República determina nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 188/13, de 15 de Novembro, o seguinte:

Nomeia Teodoro Lima da Paixão Franco Júnior para o cargo de Director do Gabinete de Gestão do Projecto Integrado Minero-Siderúrgico de Kassinga e Kassala Kitungo.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Janeiro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Despacho n.º 390/14 de 17 de Fevereiro

Tendo Efigénio Xavier dos Santos Silvestre, Ajudante de Escrivão de Direito de 3.ª Classe, solicitado a sua desvinculação em virtude de ter participado num Concurso Público de Ingresso nos quadros de pessoal de Administração Tributária do PERT (Projecto Executivo para a Reforma Tributária);

No uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o n.º 1 do artigo 33.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, determino:

É Efigénio Xavier dos Santos Silvestre, Ajudante de Escrivão de Direito de 3.ª Classe, colocado no Tribunal Provincial do Namibe, desvinculado, a seu pedido, da categoria para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1015/GMJ/011.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangueira*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 391/14
de 17 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro, determino:

Exonero Carlos Henrique Mutula do cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Recursos Florestais do Ministério da Agricultura, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 23/13, de 25 de Janeiro, do Ministro da Agricultura.

Publique-se.

Luanda, aos 31 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Despacho n.º 392/14
de 17 de Fevereiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 226/12, de 3 de Dezembro, determino:

É Ernestina António Chipita, Técnica Média de 3.ª Classe, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Secção Administrativa da Representação Provincial do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica na Província do Namibe.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Janeiro de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 393/14
de 17 de Fevereiro

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de docentes afectos à Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia do Seles, na Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

1. Analdina Naloia Luís Tchitué — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11681292, colocada na Escola do Colégio Nossa Senhora de Fátima, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

2. Avelino Álvaro — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 18066695, colocado na Escola do Colégio Nossa Senhora de Fátima, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

3. Avelino Júlio — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11681397, colocado na Escola do Ensino Primário do Quipito, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

4. Domingos Simão — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 10941850, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário do Seles, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

5. Emília Jaime Chimbumba — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 07204540, colocada na Escola do Colégio Nossa Senhora de Fátima, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

6. Firmino Francisco Mendonça — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 11999283, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Seles, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

7. Magalhães Silongua — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11681842, colocado no Magistério Primário Seles, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

8. Manuel Chipuco Bulica — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11678478, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Seles, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

9. Manuel Maneco Francisco — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11681865, colocado na Escola do Colégio Nossa Senhora de Fátima do Seles, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

10. Miguel Eduardo — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 06351663, colocado na Escola do Ensino Primário da Moma do Fonseca, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

11. Rui Ernesto Raimundo — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11682037, colocado na Escola Primária «4 de Abril», Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

12. Teresa Andreza Ventura — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 3.º Escalão, Agente n.º 07677504, colocada na Escola do Colégio Nossa Senhora de Fátima, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 394/14
de 17 de Fevereiro

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de docentes afectos à Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia do Sumbe, na Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

1. Adelina Baltazar Catarino — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 79018285, colocada na Escola do Ensino Primário «José Martí», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

2. Alice Naculembe da Costa Ucueiongo — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11359595, colocada na Escola do Ensino Primário n.º 411, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

3. António Feliciano Domingos Lisboa — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 12373686, colocado na Escola do Ensino Primário da Paróquia da Boa Nova, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

4. Armando Fernando — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 18029234, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «2 de Março», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

5. Domingos Filipe Espelho — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 08755219, colocado na Escola do Ensino Primário e do II Ciclo do Ensino Secundário do «E-15», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

6. Emília Gomes Albino Correia — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11665978, colocada na Escola do Ensino Primário «16 de Junho», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

7. Gerson Dinis Morais Cassoma — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11666280, colocado na Escola do I e II Ciclos do Ensino Secundário 14 de Abril, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

8. Irene Clementina das Neves — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 10945010, colocada na Escola do Ensino Primário «Heróis do 25 de Março», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

9. Joaquim Alberto Augusto de Almeida — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 11666802, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comandante Kassanje, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

10. Luísa Maria da Conceição — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 07811165, colocada na Escola do Ensino Primário «José Martí», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

11. Maria Filomena António Francisco — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12377804, colocada na Escola do Ensino Primário «16 de Junho», Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

12. Suzete Nambundo da Costa Paulino Carvalho — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 07812385, colocada na Escola do Ensino Primário n.º 324, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

13. Tiago Filipe Narciso — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11668066, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comandante Kassanje, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Pinda Simão*.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

Despacho n.º 395/14
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e em conformidade com os n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea g) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 233/12, de 4 de Dezembro, determino:

É Helena Elvira Plenganga Félix Ambrósio, Agente n.º 89490787, nomeada em regime de provimento definitivo, na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe do quadro de pessoal do Ministério do Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 396/14
de 17 de Fevereiro

Tendo requerido a sua transferência da Universidade Kimpa Vita para o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º e com o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, referente ao regime jurídico de transferência;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É João Baptista Purgante, funcionário público com a categoria de Assessor Principal, transferido da Universidade Kimpa Vita para o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

2.º — O funcionário transferido perde o vínculo com a instituição de origem.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS

Despacho n.º 397/14
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1. Élsio Carlos Domingos Manuel — exonerado do cargo de Director Nacional de Políticas da Juventude, cargo para o qual havia sido nomeado aos 11 de Fevereiro de 2013.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 398/14
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1. Venâncio Soares Gomes — exonerado do cargo de Director do Gabinete de Intercâmbio, cargo para o qual havia sido nomeado aos 23 de Outubro de 2012.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 399/14
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1. Kikas Manuel Machado — exonerado do cargo de Chefe de Departamento de Associativismo e Tempos Livres da Juventude, cargo para o qual havia sido nomeado aos 11 de Fevereiro de 2013.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 400/14
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço público e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1. João Xivi — exonerado do cargo de Chefe de Departamento dos Recursos Humanos, cargo para o qual havia sido nomeado aos 13 de Dezembro de 2012.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 401/14
de 17 de Fevereiro

Havendo necessidade do preenchimento da vaga de Director Nacional de Políticas da Juventude;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 226/12, de 3 de Dezembro, determino:

1. Kikas Manuel Machado — nomeado, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Director Nacional de Políticas da Juventude.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.